

Aconteceu

KARDEX

(X)
(0)
()
()
()

Produção do País tem maior queda da história

Ao colocar um freio na economia em seu primeiro ano de mandato, o governo Collor obteve a maior queda que se tem notícia na produção de bens e serviços do País desde que as estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre a evolução da riqueza nacional começaram a ser calculadas, em 1947.

O IBGE divulgou dados, no último dia 24, mostrando que o governo Collor continua batendo inclusive seus próprios recordes negativos. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro sofreu queda de 6,87% nos últimos 12 meses (abril de 90 a março de 91), superando a marca histórica negativa de 4,6% em 1990. O resultado indica o agravamento da recessão no primeiro trimestre de 1991, com redução da produção, aumento do desemprego e queda ainda maior na qualidade de vida.

A soma de rendas e salários no País regrediu aos níveis de 1985, o que significa dizer, tendo em vista o crescimento populacional, que os brasileiros estão 13,08% mais pobres que há seis anos atrás. Somente nos últimos 12 meses a renda per capita sofreu queda de 8,76%, que em valores representa US\$ 1.940.

Dos três setores que geram a renda nacional (indústria, serviços e agropecuária) a maior pressão veio da indústria, que sofreu queda de 13%, seguida por serviços, menos 2,26% e agricultura, 1,63 negativos. (CEDI, 27/05/91)

Produzido primeiro remédio inteiramente nacional (Página 3)

Somente 51 cidades em todo o Brasil tratam esgoto (Página 5)

500 bóias-frias forçados a trabalho escravo em MT e SP (Página 7)

Um povo morre. Mais um índio Kaiowá se suicida em MS (Página 10)

Greve geral inicia resistência à recessão

Mesmo que parcial, a greve convocada pela CUT e CGTs foi um marco de resistência e protesto, a nível nacional, contra a política econômica recessiva do governo Collor.

A Força Sindical, central preferida da Rede Globo, dos empresários e do governo federal, recusou-se a participar do movimento deixando caminho aberto para uma ampla campanha contra a greve nos principais meios de comunicação. Além disso, houve violenta repressão policial em todo o País. Assim mesmo, ocorreram manifestações de rua em quase todas as capitais, além de paralisação nos transportes e outros serviços públicos, o que colocou a CUT como a principal referência de oposição organizada à recessão, ao arrocho salarial e ao desemprego. (Página 12)

Forças Armadas são contra acordo com EUA

A reação dos chefes do Exército, da Aeronáutica e, principalmente, da Marinha praticamente inviabilizou a assinatura de um protocolo sobre assuntos militares entre Brasil e Estados Unidos durante a viagem que o presidente Fernando Collor fará a esse país em junho.

"Não há possibilidade de que se faça acordo semelhante ao de 1952. Tampouco nos interessam entendimentos para redefinir o papel das Forças Armadas, direcionando-as para o combate ao narcotráfico e à proteção ao meio ambiente", disse o ministro da Marinha, Mario César Flores, aos integrantes da Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Chamando a atenção para a existência de uma política hegemônica dos Estados Unidos no continente, um oficial de Estado-Maior afirmou que esse país está procurando extrair dividendos da defensiva em que o Brasil se colocou ao assumir posição de neutralidade na Guerra do Golfo. Outro oficial, também lotado em Brasília, disse que os EUA estão tentando vincular um novo acordo militar às negociações em torno da dívida externa. Os norte-americanos desejam, por exemplo, participar de manobras conjuntas na Amazônia, mas essa hipótese encontra forte oposição nas três Forças Armadas brasileiras. (Continua na página 2)

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

EUA — México, mais próximo o acordo

A renovação por dois anos do mandato de negociação por via rápida do Executivo, reforça a proposta da Iniciativa para as Américas, anunciada por Bush em junho passado. No âmbito dessa proposta, o acordo para estabelecer uma zona de livre comércio com o México é a primeira etapa da nova estratégia hemisférica, e a única que efetivamente tem peso. O México é o terceiro parceiro comercial dos EUA. Junto com o Canadá, os três países formarão um mercado comum capaz de enfrentar a Comunidade Econômica Européia.

A poderosa central americana dos trabalhadores, AFL-CIO, moveu uma intensa campanha contra a extensão da autorização a Bush por entender que o tratado com o México significará exportação de empregos. Os baixos salários no México iriam atrair as empresas dos EUA, que passariam a investir nas maquiadoras (indústrias mexicanas na zona da fronteira) ao invés de ampliar os investimentos no mercado norte-americano.

Ao lado da AFL-CIO, grupos ambientalistas também manifestaram-se

contrários ao tratado, argumentando que a indústria dos EUA, para evitar gastos com equipamentos antipoluentes, passaram a se instalar no México onde a legislação é menos rigorosa. Ao final da campanha os ambientalistas dividiram-se, com grupos mais radicais, como Sierra Club e Greenpeace, reafirmando sua posição contrária e outros como National Wildlife Federation, aderindo à administração Bush.

Segundo analistas políticos americanos, a vitória de Bush poderá acelerar o acordo com o México. A divulgação pelo semanário mexicano de esquerda, *Proceso*, de um suposto memorando confidencial do embaixador americano no México, parece dar razão aos analistas, além de indicar os motivos para apressar o acordo.

O embaixador teria escrito que "o México está no processo de modificar dramaticamente a substância e a imagem de sua política externa". Na opinião do embaixador, um acordo de livre comércio "institucionalizaria a aceitação de uma orientação norte-americana às relações externas do México". (CEDI, 27/05/91)

Bush vence batalha no Congresso

O governo Bush venceu, no último dia 23, uma das mais polêmicas batalhas dos últimos anos no Congresso norte-americano. Por 231 a 192 votos na Câmara e 59 contra 36 votos no Senado, o Executivo confirmou a autoridade especial para celebrar acordos comerciais por via rápida que o Congresso lhe havia concedido na Lei do Comércio de 1988. Por ela o Congresso limita-se a aprovar ou não o tratado negociado, abrindo mão do seu direito de apresentar emendas, tornando mais rápido o processo. É uma vitória importante para Bush pois o debate polarizou a atenção do público norte-americano por envolver temas polêmicos como emprego e meio ambiente.

Reação das três Armas inviabiliza acordo com EUA

(continuação da página 1)

Os militares listam cinco desvantagens principais de um acordo militar com os EUA: controle pelos Estados Unidos da transferência de tecnologia, imposição de limites às pesquisas em busca de autonomia tecnológica (a Marinha teme, por exemplo, a paralisação do projeto do sub-

marino nuclear), desvirtuamento do papel das Forças Armadas, sucateamento da indústria bélica nacional e controle da capacidade militar do país. Em troca de um auxílio de US\$ 50 milhões para reaparelhar o Exército brasileiro, o governo Vargas se comprometeu em 1952, a fornecer minerais estratégicos, especial-

mente urânio e areia monazítica, aos Estados Unidos. O acordo militar assinado por Vargas vigorou até 1977, quando foi denunciado pelo governo Geisel em protesto contra as críticas que a administração Carter fazia à situação dos direitos humanos no Brasil. (Ariosto Teixeira, *Relatório Reservado*, 27/05/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Editor: Carlos Alberto Ricardo • Jornalista Responsável: Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) • Editores Assistentes: Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Tony Gross (Meio Ambiente) • Secretária de Redação: Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) • Documentação e Pesquisa: Ângela Galvão • Diagramação: Marta Cerqueira Leite Guerra • Paginação: Alfredo Coelho • Fotolitos e Impressão: Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI:

Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 224-6713
Fax: (021) 242-8847

ou

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544
Fax: (011) 825-7861

Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 1.400,00
Assinatura exterior: US\$ 50

Brasil afinal produz seu primeiro remédio

Um pequeno arbusto, comum em todo litoral brasileiro, está prestes a promover uma autêntica revolução na farmacologia brasileira. Trata-se da *Cordia verbenacea*, popularmente conhecida como erva brasileira ou erva milagrosa. A partir do seu extrato e com tecnologia totalmente nacional, está sendo desenvolvido um anti-inflamatório que atua em vários tipos de inflamações e que, ao contrário de outros congêneres, não ataca a mucosa gástrica e não retém sódio no organismo.

Até hoje o Brasil não havia conseguido produzir um único remédio. Cerca de 80% dos medicamentos feitos no País utilizam matérias-primas importadas. Os 20% restantes dependem de tecnologia estrangeira para sua produção. São mais de US\$ 2 bilhões gastos anualmente com a importação de matérias-primas para o setor farmacêutico. Um setor que, segundo informações da Ceme (Central de Medicamentos), é ainda hoje dominado em cerca de 80% por empresas estrangeiras.

O novo remédio deverá ser registrado no Ministério da Saúde dentro de no máximo quatro meses e foi desenvolvido graças a um convênio, assinado em 1988, entre as Universidades de São Paulo (USP) e Estadual de Campinas (Unicamp) e o Aché Laboratórios Farmacêuticos.

Um pouco de história — A conquista do mercado brasileiro pelas multinacionais é um fenômeno do pós-guerra. Nas décadas de 30 e 40, com a produção de derivados da sulfá e a descoberta da penicilina, a produção de medicamentos passa a ser

feita em bases mais científicas, exigindo uma escala de produção que os laboratórios nacionais não possuíam. Com o surgimento dos antibióticos a pesquisa científica torna-se a principal fonte de lucros da indústria farmacêutica mundial, que através de um eficiente sistema de patentes estabelece um verdadeiro monopólio sobre novas descobertas.

A abertura do País ao capital estrangeiro, as frequentes crises políticas e econômicas que afetaram basicamente os laboratórios nacionais, fizeram com que 75 deles desaparecessem no período de 1960 a 1962. Em 1957, entre as principais empresas do setor farmacêutico, 11 eram nacionais. Em 1974, só restava uma.

Concentração e espoliação — Tal concentração na produção e domínio do mercado gerou distorções no sistema de produção e custos dos produtos. Em meados da década de 70, a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo economizava cerca de 400 mil dólares por ano processando, nos porões do hospital, a maior parte dos remédios que consumia. Mesmo operando em escala reduzida, conseguia produzir, por exemplo, aspirina a preços dez vezes menores que os de mercado. A instituição percebeu que satisfazia suas necessidades com uma lista de 600 produtos. Em 1982, no Brasil, eram comercializados 8.000 medicamentos em 24.000 apresentações diferentes, criadas evidentemente para burlar o controle de preços.

Um documento da Unicamp, de 1986, apontava: "Deve-se ressaltar o fato de que as importações efetuadas pela indústria farmacêutica cons-

tituem o mais importante mecanismo de remessa de divisas subsidiadas de empresas multinacionais para suas matrizes, por meio do superfaturamento de insumos (...). Os preços das matérias-primas são arbitrados pela matriz, segundo seus objetivos globais e não de acordo com o mercado aberto".

Propaganda: a alma do negócio?

— Em 1979, 60% dos remédios vendidos no Brasil concentravam-se nos estados de SP, RJ e MG, alcançando 40% da população. A competição pelo mercado faz com que as empresas invistam maciçamente em propaganda. A estrutura de custo da indústria farmacêutica, no início dos anos 80, mostrava que o custo industrial dos remédios representava apenas 35% do custo total, enquanto as despesas promocionais respondiam por 36%. A Ceme — Central de Medicamentos — criada em 1971, aproveitando-se da decisão tomada pela Junta Militar em 1969 de não reconhecer o direito de patente sobre remédios, visava também a produção de fármacos no Brasil: somente agora, após 20 anos de pressões políticas, econômicas e tecnológicas (afinal, trata-se de um mercado que supera os US\$ 150 bilhões anuais), a barreira começa a ser rompida. E com um fármaco extraído de apenas uma das 150 mil espécies vegetais existentes no Brasil, em todo o mundo são estimadas 250 mil espécies, das quais 2% foram analisadas quimicamente — o que indica o enorme potencial da nossa flora. E esclarece o interesse do mundo pela Amazônia. (CEDI, 27/05/91)

Qualidade de vida: Brasil cai para 60º lugar no mundo

A metade mais rica da população tem uma renda média 26 vezes maior que a outra metade dos brasileiros. Esse é um dos dados revelados pelo Relatório do Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado este mês. O Brasil ocupa o 60º lugar em uma lista de 160 países onde se procurou medir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Criado em 1990, o IDH mede os avanços ou

recuos na qualidade de vida das populações do planeta, considerando o nível de instrução, a média da expectativa de vida e o poder aquisitivo. Segundo a equipe da ONU responsável pela sua idealização, o índice mede de forma mais realista que o Produto Nacional Bruto, os avanços sócio-econômicos ocorridos nos países, demonstrando que a renda alta de uma nação não é a garantia contra a miséria de grande parte de sua população.

Os indicadores colhidos pela ONU para colocar o Brasil em 60º lugar foram os seguintes: 65,6 anos como expectativa de vida; 78,5% de taxa de alfabetização de adultos, com 3,3 anos de escolaridade e 4.620 dólares de renda *per capita*. No Japão, o primeiro colocado, os índices foram, respectivamente: 78,6 anos; 99% de alfabetização, com 10,4 anos de escolaridade e 19.650 dólares de renda anual. (CEDI, 27/05/91)

ECO-92

Governo prepara relatório preliminar para apresentar em agosto

Um relatório detalhando a situação ambiental do Brasil será apresentado pelo governo brasileiro na terceira reunião do comitê preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no dia 6 de agosto em Genebra.

A Cima (Comissão Interministerial do Meio Ambiente) já recebeu os relatórios dos 60 consultores, que perfazem um total de 2 mil páginas. Está sendo preparada uma versão preliminar a ser apresentada à imprensa, publicada, discutida e distribuída às organizações não governamentais (ONG) ligadas à ecologia. Todas as agências dos Correios do País terão exemplares para distribuição gratuita aos interessados, para democratizar o debate, até o final de junho.

Ao mesmo tempo, a comissão confirmou a realização de teleconferências via satélite, com discussões simultâneas a partir de Brasília, com técnicos, professores, parlamentares, secretários estaduais do Meio Ambiente e ONG. Serão realizados pelo menos quatro semanas de intensos debates para que o relatório brasileiro seja uma espécie de modelo para os demais participantes da Conferência. O relatório deverá ser entregue no dia 6 de agosto, em Genebra, durante a 3ª reunião do comitê preparatório da ECO-92.

Questão de diplomacia — O Itamaraty chamou a Brasília quatro dos seus principais diplomatas, considerados como parte de uma espécie de "elite formuladora de políticas e pensamentos" entre seus quadros, para ajudar a fixar as posições brasileiras em relação à ECO-92. São os embaixadores Luiz Felipe Seixas (no México), Ronaldo Sardemberg (nas Na-

ções Unidas), Bernardo Péricas (na Organização dos Estados Americanos) e Rubens Ricupero (no Acordo Geral de Tarifas e Comércio de Genebra e futuramente em Washington).

O objetivo é que os quatro participem na formulação do posicionamento brasileiro em relação às grandes questões, como a ligação entre a defesa do meio ambiente e a transferência de tecnologia, assim como a caracterização da ECO-92 não apenas como um avanço em termos ambientais, mas também na economia e desenvolvimento voltados para a defesa do planeta.

Segundo o chanceler Francisco Rezek, o governo brasileiro pretende transformar a ECO-92 num marco histórico, inovando conceitos ambientais e desenvolvimentistas, uma tarefa cuja responsabilidade caberá em grande parte ao Brasil como país-sede. Há interesse em aumentar a capacidade brasileira de influir na futura conferência, além de aproximar as atuais posições contrárias.

A audiência pública nacional para discussão e apresentação de sugestões para o relatório brasileiro a ser apresentado na ECO-92 será realizada no dia 24 de julho, informou a presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Tânia Munhoz.

A audiência será convocada em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, e deverá ser realizada na sede do Ibama, em Brasília, com transmissão simultânea para todas as capitais, via Embratel. "A idéia é gerarmos um programa para as capitais, onde estará montada uma estrutura de coordenação dos debates", explicou Tânia Munhoz. (*Cláudio Kuck/Gazeta Mercantil*, 15 e 16/05/91; *Gazeta Mercantil*, 22/05/91)

Bird prepara documento sobre a pobreza e a degradação ambiental

O Banco Mundial está preparando um estudo sobre a relação entre pobreza e degradação do meio ambiente, como contribuição à Conferência das Nações Unidas que se realizará no Rio de Janeiro, em junho de 1992. O estudo do banco já identificou alguns fatores críticos que alimentam a pobreza, a destruição de florestas e a poluição ambiental.

Um deles é a recessão econômica da década de 80, que resultou em transferência líquida de recursos dos países em desenvolvimento aos desenvolvidos. Outro é o fato de as populações mais miseráveis viverem em áreas ecologicamente vulneráveis (terras áridas, com solos inférteis, favelas, regiões geralmente carentes de desenvolvimento), altas taxas de crescimento populacional, o que sobrecarrega os centros urbanos onde falta infra-estrutura (sistema de água e de lixo). Além disso, a certos setores da sociedade, às mulheres, por exemplo, é negado o acesso aos recursos naturais, como as terras cultiváveis.

Várias agências da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como o Banco Mundial, estão pesquisando a relação entre pobreza e degradação do meio ambiente com os seguintes objetivos: analisar o impacto dos vários níveis de produtividade agrícola na degradação ambiental; identificar os vínculos entre alimentação, pobreza e meio ambiente; examinar o papel do emprego na promoção do desenvolvimento sustentável; estudar a relação entre indicadores de saúde com ênfase nas mulheres e crianças e a pobreza; levar em consideração os pontos de vista das organizações não governamentais (ONG) sobre esses temas. (*Maria Helena Tachinardi/Gazeta Mercantil*, 15/05/91)

Esgoto é luxo na maioria das cidades

A maioria dos municípios brasileiros não dispõe de uma invenção que remonta à Antiguidade: o esgoto. Dados preliminares divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que dos 4.425 municípios brasileiros, apenas 47% têm rede coletora de esgoto e que somente 51 cidades possuem estação de tratamento (ETE), a forma considerada ideal de tratamento de esgoto sanitário. As informações, coletadas pelo IBGE no final de 1989, durante sua Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, abordou os itens limpeza pública e coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário.

De acordo com o diretor de pesquisas do IBGE, estes números apontam que a totalidade do esgoto brasileiro é lançado *in natura* no mar e em rios, sem qualquer tipo de tratamento.

Na região Norte, apontada pelos especialistas como o portão de entrada de epidemias, por fazer fronteira com vários países com problemas sanitários, a situação do tratamento de esgotos é crítica. Dos 298 municípios existentes, 24 são dotados da rede de esgotos e apenas dois têm estação de tratamento. Na mesma região, apenas um município faz tratamento primário de seus efluentes e dois têm lagoa de estabilização — usando pro-

Os números da calamidade sanitária

Os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram uma situação sanitária calamitosa, na maioria dos estados brasileiros, inclusive nas regiões mais desenvolvidas.

É a seguinte a situação, região por região:

— No Norte, apenas 8% dos 298 municípios têm rede coletora de esgoto, e em apenas 2% há tratamento;

— No Nordeste, o número dos municípios com rede de esgoto

sobe para 26% dos 1461 municípios, mas só 4% têm tratamento.

— Dos 379 municípios da região Centro-Oeste, 13% têm sistema de esgoto, mas em apenas 3% deles os dejetos são tratados.

— O Sudeste, com seus 1430 municípios, tem os índices mais altos: 91% e 15%, respectivamente.

— Na região Sul, uma das mais ricas do País, só 39% dos 857 municípios possuem rede de esgoto, sendo que em 6% deles há tratamento. (*Jornal da Tarde*, 18/05/91)

cesso natural em lagos de pouca profundidade.

Os estados de Roraima, Rondônia e Tocantins, por exemplo, não têm sequer uma cidade com tratamento de esgoto. E o abastecimento de água também é precário.

Ainda na região Norte, 247 municípios possuem rede de distribuição de água e 51 não têm rede distribuidora. A pesquisa aponta ainda que 125 municípios não tem qualquer tipo de tratamento, embora disponham de rede.

Nem mesmo Rio de Janeiro e São

Paulo oferecem infra-estrutura adequada. Dos 572 municípios paulistanos, 542 têm rede coletora de esgoto e 135, algum tratamento, mas somente 13 possuem ETE. No Rio de Janeiro, dos 69 municípios, 60 têm rede coletora de esgoto e apenas os municípios de Angra dos Reis, Macaé, Maricá, Niterói e Rio de Janeiro têm ETE.

Até o final do ano, o IBGE deverá divulgar todos os dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. (*Rosângela Honor/Jornal da Tarde*, SP, 18/05/91)

Poluição do Tietê afeta eletricidade

O gás sulfídrico — ou H₂S —, produto da putrefação do material orgânico depositado nos leitos dos Rios Pinheiros e Tietê, provoca falhas nos equipamentos elétricos e eletrônicos de empresas instaladas nas suas margens. Os cabos, fios de cobre e torres da rede elétrica ao ar livre são os mais afetados por esse tipo de poluição. Mas as empresas que fazem uso intensivo de aparelhos eletrônicos, como as que possuem centros de computação de dados, também estão ameaçadas, mes-

mo mantendo seus equipamentos confinados em ambientes com ar condicionado.

A conclusão é de técnicos do departamento de Corrosão do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Ela faz parte de um longo estudo, encomendado pela Eletropaulo (Companhia de Eletricidade de São Paulo), sobre o comportamento de metais, como cobre, alumínio, aço e zinco, expostos ao ar do estado de São Paulo. (*Sílvia Campolim/O Estado de S. Paulo*, 15/05/91)

Saída de Zélia alivia a Secretaria de Meio Ambiente

A indicação do embaixador Marcílio Marques Moreira para o cargo de ministro da Economia trouxe novo alento para a área ambiental do País. Essa revelação foi feita pelo secretário-adjunto do Meio Ambiente, Eduardo Martins, que considerava a equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello pouco sensível à causa ambiental, em função de quase todos os recursos para o setor se encontrarem retidos; como a contrapartida brasileira referente ao Plano Nacional do Meio Ambiente (PNMA), e os recursos referentes ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). (*Correio Braziliense*, 10/05/91)

O perfil da Comissão de Agricultura e Política Rural

A Comissão de Agricultura e Política Rural — recentemente instalada na Câmara Federal, em Brasília —, está encarregada de examinar, dar parecer e votar matérias relacionadas com a política agrícola, política de abastecimento, sistema de crédito rural, políticas fundiárias e de reforma agrária, entre outras. Sua composição, no entanto, transformou-a em uma das mais conservadoras do Congresso.

Como que seguindo uma “tradição” de forte presença de parlamentares oriundos da classe patronal, a atual Comissão está composta de 17 deputados que se autodenominam “empresários rurais” e de 16 que se reúnem sob o título de “empresários gerais”. Estes números totalizam 33 deputados, representando 59% dos membros da Comissão.

Por outro lado, a realidade dos números nem sempre corresponde à realidade política. De 1988 a 1990, mesmo contando com 31,5% dos membros da Comissão, os partidos progressistas conseguiram obstruir a votação da Lei Agrícola, provocando a formação de uma Comissão Especial que só aprovou o seu relatório após uma série de negociações. De

O poder das comissões

O Congresso Nacional finalmente conseguiu instalar as treze Comissões Temáticas da Câmara Federal e as seis do Senado. Este fato ganha especial relevo com a entrada em funcionamento do poder terminativo, ou seja, leis ordinárias poderão ser votadas nas próprias Comissões Temáticas sem passar pelo plenário, onde seriam apreciadas pelos demais deputados e senadores.

toda forma, a atual presença de parlamentares conservadores com experiência administrativa (ex-ministros e ex-secretários da Agricultura) irá, no mínimo, configurar um difícil confronto na esfera legislativa. Para este, os parlamentares progressistas deverão pautar sua atuação parlamentar e as propostas a serem apresentadas pela agilidade e eficácia políticas. (CEDI; Agen, 26/04/91; Informativo Inesc/abril 91)

A composição da Comissão

A Comissão de Agricultura e Política Rural possui atualmente 56 membros. Seu presidente é o deputado e produtor rural Odelmo Leão (PRN-MG), membro do Bloco Governista e integrante da bancada ruralista, liderada pelo ministro da Agricultura Antonio Cabrera.

Dos 56 membros da Comissão, 43 pertencem a partidos que podem ser reunidos sob o nome de

conservadores: PMDB, PTB, PDC, PL, PTR, PRS, PRN, PSC, PFL e PMN, os quatro últimos compondo o Bloco Governista. Os partidos progressistas — PDT, PT, PSB e PSDB — contam com 13 representantes na Comissão. Assim, os primeiros contabilizam 76,8% dos membros (e prováveis votos), enquanto a presença dos progressistas perfaz 23,3%. (Agen, 26/04/91; Informativo Inesc/abril 91)

REFORMA AGRÁRIA

Governo compra terra para assentamento

O ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, e o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares (PDT), assinaram, dia 21 de maio, acordo para o repasse de Cr\$ 434,1 milhões destinados à aquisição da Fazenda Remanso, no município de Canguçu (RS). Trata-se de uma área de 1.500 ha onde serão assentadas 90 famílias das que estão acampadas na fazenda São Pedro, em Bagé, ocupada no dia 8 de abril. A compra da fazenda foi acertada através de aditivo e convênio firmado no último dia 16 pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), João Mendonça. O custo da aquisição é de Cr\$ 564,3 milhões, dos quais Cr\$ 186 milhões serão financiados pelo governo gaúcho. (Gazeta Mercantil, 22/05/91)

A decisão de compra de terras para assentamento, que já fora anunciada pelo governo federal em abril, conforme noticiou este boletim (Aconteceu no 564), parece agora se efetivar. E o faz em meio a controvérsias. Os setores anti-reforma agrária, aglutinados na UDR, se posicionam politicamente contra qualquer iniciativa de assentamento, condenando assim os fazendeiros que venham a vender suas terras. Por outro lado, o MST/RS afirma que a anunciada compra de terras não é garantia de assentamento para todas as famílias sem-terra do estado.

De toda forma, é importante ressaltar que a aquisição dessas terras está sendo feita através da compra, e não da desapropriação por interesse social. Ao contrário do mecanismo de compra — que tem um caráter emergencial e um “fôlego curto” pela própria disponibilidade de recursos que exige —, a desapropriação por interesse social encerra uma perspectiva “de fôlego”, potencializando a extensão e intensificação da política de reforma agrária. Além disso, a desapropriação por interesse social permite que a terra seja adquirida pelo Estado com base no valor declarado para pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), geralmente inferior ao de mercado. A compra, ao contrário, adquire as terras pelo valor determinado pelo mercado, favorecendo a especulação fundiária. (CEDI, 24/05/91)

Bóias-frias denunciam escravidão em MT e SP

Uma inspeção realizada pela Delegacia do Trabalho em Mato Grosso do Sul confirmou as denúncias de que 400 trabalhadores contratados para cortar cana-de-açúcar estão sendo mantidos num regime de semi-escravidão pela Destilaria Cachoeira, no município de Rio Brillhante. O delegado do Trabalho, Francisco Pierette, constatou as condições sub-humanas em que estão alojados os bóias-frias, alguns com mulher e filhos, e a recusa da usina em pagar o salário prometido, além de suspender alimentação a quem ficou em débito no acerto de contas da quinzena.

A equipe do Ministério do Trabalho, ao chegar no distrito de Nova Alvorada, onde foi instalado o alojamento, foi surpreendida com o clima da revolta e medo dos bóias-frias, em sua maioria provenientes de Minas Gerais e Alagoas. O delegado do Trabalho ameaça interditar a Destilaria Cachoeira, já multada nove vezes em Cr\$ 9 milhões desde junho de 90.

Também na zona rural de Paraibuna (SP), cerca de 70 pessoas estão trabalhando em regime de semi-escravidão e vivendo em condições sub-humanas, conforme denúncia do Cen-

Tese mostra miséria de canavieiros

Estudo realizado recentemente pelo economista Expedito Rufino de Araújo avalia as conseqüências da modernização rural sobre a mão-de-obra agrícola no Brasil, especificamente o trabalhador da cana do Nordeste. Enquanto negocia as dívidas dos usineiros nordestinos — através de generosos subsídios — o governo tem se revelado completamente omissivo para cerca de 1 milhão de cortadores de cana da região.

A ausência é total: na prestação de serviços de assistência médica, na educação básica, na fiscalização dos direitos dos trabalhadores, na aferição das medidas, na inspeção das condições de trabalho, e até mesmo na proteção de

integridade física dos trabalhadores contra agressões de prepostos dos seus patrões, uma vez que eles enfrentam milícias privadas em grande parte dos 9 mil engenhos dos cinco estados produtores de cana do Nordeste.

E o que é pior: o processo de mudanças introduzidas a partir de programas como o Proálcool não melhorou as condições de vida e trabalho da Zona Canavieira. Também não promoveu uma melhor qualificação dos trabalhadores e nem se preocupou em informá-los sobre aspectos elementares das mudanças introduzidas, como no caso da aplicação de herbicidas e agrotóxicos. (Jornal do Brasil, 13/05/91)

tro de Defesa dos Direitos Humanos do Vale do Paraíba. Tratam-se de dez famílias bóias-frias do Paraná contratadas por Nelson Katuragui para plantar tomates. Os trabalhadores

foram recrutados na Central de Triagem e Encaminhamento (Cetren), em São Paulo. (Folha de S.Paulo, 02/05/91 e *Jornal do Brasil*, 11 e 17/05/91)

Injustiça prevalece em Unai

A CPT (Comissão Pastoral da Terra) Noroeste — que atua em Minas Gerais — protesta contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado que colocou em liberdade o pistoleiro Milton Soares de Matos, assassino dos posseiros José Natal

Romão e Januário Emídio dos Santos, em 14 de novembro do ano passado, em Unai. O criminoso foi preso em flagrante e confessou as mortes, mas o tribunal considerou a prisão ilegal e determinou sua libertação 4 meses após a detenção. “A Justiça deste

estado considera arbitrária a prisão de um pistoleiro, mas não considera arbitrário o assassinato de tantos trabalhadores rurais”, acusa a CPT, denunciando ainda que o grileiro José Alfredo continua livre e ameaçando os posseiros de Unai. (Agen, 09/05/91)

Sem-terras ocupam sede do Incra no MS

Cerca de 300 famílias de trabalhadores sem-terra, que haviam ocupado no dia 23 de maio a sede da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Campo Grande (Mato Grosso do Sul), decidiram desocupar o prédio e acamparam em praças públicas. “Queremos que a reforma agrária seja tratada com seriedade pelos governos estaduais e

federal”, anunciaram.

São 1.100 trabalhadores sem-terra de Mato Grosso do Sul acampados em seis assentamentos, que esperam, há quatro anos, a concessão de posse de aproximadamente 30 mil hectares de terra. “Já sentamos para conversar mais de cinco vezes, mas nada acontece”, disse José Batista, da Coordenação Nacional do Movimento.

Os trabalhadores afirmam que não sairão da cidade até que sejam recebidos pelo governador Pedro Pedrossian. Mais uma centena de famílias deve chegar do interior para aderir ao protesto. Eles exigem o assentamento imediato de 600 famílias em 12 mil hectares de terra já desapropriados pela União. (O Estado de S.Paulo, 24/05/91; *Jornal do Brasil* 25/05/91)

Em Leonardo Boff sociedade é atingida

Mais uma vez a sociedade brasileira e, principalmente, seus segmentos eclesiais, foram abalados pelas notícias da punição ao teólogo franciscano Leonardo Boff. Pela quinta vez a cúpula do Vaticano impõe restrições aos direitos de opinião, de livre expressão e do refletir teologicamente, de um dos mais representativos teólogos da libertação.

Desta vez motivaram a punição, segundo amplo noticiário da imprensa no mês de maio, a linha editorial da Revista Vozes, da qual Boff é o redator responsável, e artigos dele sobre o exercício do poder na Igreja e da política do Vaticano para a América Latina.

Vivemos um momento em que se proclama que o mundo está ultrapassando a fase de repressão à pesquisa, em todas os seus ramos; a fase de cerceamento à diversidade de opinião; de construção de muros de separação entre as variadas fontes de reflexão e de pensamento; de substituição do autoritarismo pelo diálogo e pela participação.

Exatamente nesta conjuntura, a Igreja Católica Romana, que tem advogado o pleno exercício dos direitos humanos, impõe, pela força e prepotên-



cia, punição a um dos seus mais fiéis seguidores. E justamente pelo exercício de expor suas opiniões sobre temas significativos, não só para a Igreja como para a sociedade como um todo.

O argumento de que a instituição eclesiástica tem o direito e o dever de manter a "ordem" no seu corpo social, deve completar-se com a capacidade dos seus dirigentes de saberem unir, de serem perceptíveis às diver-

sas correntes de pensamento. Especialmente numa igreja que se caracteriza como universal, deve-se procurar convergir a dinâmica da realidade eclesial com o exercício do poder.

O mundo de hoje não aceita mais a exclusividade de um ponto de vista, a partir do qual os problemas são colocados e decididos. Exige-se, sim, um diálogo enriquecedor, aberto e construtivo, em favor de um mundo mais democrático e humano.

Isso não significa nem desvalorização da autoridade, nem perda de legitimidade. Ao contrário, aumenta a representatividade e coerência, principalmente daqueles cujos princípios de amor e justiça são fundamentais.

A atual punição de Boff está alcançando ampla repercussão e perplexidade, não só no seio das igrejas e no movimento ecumênico, mas na sociedade como um todo. A liberdade de consciência e de livre expressão são direitos inalienáveis, em todos os segmentos da sociedade e quando são violados, onde quer que isso aconteça, toda a sociedade se sente atingida e expressa o seu protesto e desaprovação. (CEDI, 26/05/91)

A caminho do 8º Intereclesial de CEBs

Em 1992, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica no Brasil, estarão realizando o seu 8º Encontro Intereclesial, na cidade de Santa Maria (RS), com o tema *Culturas Oprimidas e Evangelização na América Latina*.

A diocese de Santa Maria, em conjunto com a Comissão Ampliada Nacional das CEBs, está organizando o evento, que contará com cerca de dois mil participantes. O encontro terá uma dimensão ecumênica — a exemplo dos anteriores — com participação de integrantes de igrejas evangélicas, inclusive em sua preparação.

Já no 7º Intereclesial (Baixada Fluminense, 1989), mais de cem evangélicos, de 13 igrejas, participaram.

No 8º Encontro, em Santa Maria, cada organização regional de CEBs terá um mínimo de cinco delegados evangélicos, que deverão estar integrados desde os encontros preparatórios, que já estão acontecendo em todo o Brasil.

Maiores informações:

* Frei Egídio Fiorotti (secretário executivo do 8º Intereclesial de CEBs) Av. Rio Branco, 793 — 97010 — Santa Maria — RS. Tel. 055-221.4548;

* Pastor Claudio de Oliveira Ribeiro (representação de evangélicos na Comissão Ampliada Nacional de CEBs) Rua Barão do Triunfo, 343/402 — 25070 — Duque de Caxias — RJ. (CEDI, 10/05/91)

Renovação Carismática inaugura 'Shopping da Fé'

Com espaço garantido por dois domingos seguidos no mês de maio no programa *Fantástico* da Rede Globo, o Movimento Renovação Carismática da Igreja Católica no Brasil, vem ampliando cada vez mais seu número de fiéis e sua presença na sociedade. Em Belo Horizonte (MG), o movimento inaugura o primeiro *Shopping da Fé* da América Latina, no terceiro andar de um edifício num dos bairros mais nobres, cujo aluguel está avaliado em Cr\$ 2 milhões. "A intenção é reunir numa mesma área todas as entidades ligadas à Renovação Carismática e abrigar os irmãos que vêm do interior", afirmou o deputado federal Osmâncio Pereira (PSDB-MG), líder carismático e coordenador no Brasil do projeto *Evangelização 2.000*. (Folha de S. Paulo, 21/05/91)

Evangélicos brasileiros associam-se em nova entidade

Na década de 1930, por inspiração do rev. Erasmo Braga, nascia a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), entidade que congregou oficialmente inúmeras igrejas evangélicas, principalmente às do Protestantismo Histórico/de Missão. Durante mais de trinta anos desenvolveu uma ação representativa de alto nível. Em virtude dos regimes militares instalados no País após 1964, a CEB começou a declinar.

Em fins de 1987, assistiu-se ao "ressurgimento" da Confederação Evangélica do Brasil, um processo questionável de iniciativa de alguns deputados federais evangélicos, que trazia consigo objetivos identificados claramente com os poderes dominantes, sem qualquer participação de igrejas nem referência ao trabalho desenvolvido na "época de ouro" da CEB.

No dia 17 de maio, em São Paulo, teve início mais um capítulo da unidade evangélica neste País. Foi a assembléia constitutiva da Associação Evangélica Brasileira (AEB). Esta nova entidade deverá ser o referencial de pessoas e/ou grupos denominacionais evangélicos. Reunida em torno de pessoas e lideranças — característica marcante do movimento evangélico —, a impressão é que a

AEB pretende ser uma alternativa àquela iniciativa dos deputados evangélicos, na medida em que está resolvida a sinalizar à sociedade brasileira referenciais de convicções bíblicas que possuem o grupo de líderes, as igrejas e as denominações que a compõem.

Papel de porta-voz — Cerca de 250 pessoas, entre líderes evangélicos, autoridades eclesásticas e membros de diversos grupos denominacionais, lotaram o auditório do Centro do Professorado Paulista, em São Paulo, para participar da assembléia constitutiva da AEB.

Um dos aspectos marcantes do evento foi o perfil de seus participantes: calcula-se a presença de mais de sessenta igrejas, comunidades autônomas e entidades, vindas de todas as partes do País. "A organização da AEB tem a ver com um sentimento latente que há no País inteiro em expressiva parte da comunidade evangélica", ressalta um interlocutor.

A AEB terá a responsabilidade de ser porta-voz das esperanças, angústias e posições de seus associados junto aos meios de comunicação e ao pensamento comunitário brasilei-

ro. Além disso, terá a finalidade de produzir eventos que ajudem na perspectiva da unidade da igreja, bem como se empenhará na elaboração de um pensar teológico e ético que possa definir a verdadeira identidade evangélica brasileira.

Primeira diretoria — O evento serviu também para se eleger a primeira diretoria da entidade, que ficou assim constituída: presidente — Caio Fábio d'Araújo Filho (Vinde); 10 vice-presidente — Darci Dusilek (Visão Mundial); 20 vice-presidente — Samuel Câmara (Assembléia de Deus no Amazonas); 30 vice-presidente — Arzemiro Hoffmann (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil); 10 secretário — Osmar Ludovico (Igreja do Cristianismo Decidido); 20 secretário — Wilson de Souza Lopes (Igreja Presbiteriana do Brasil); 10 tesoureiro — Jorge Ribeiro (Igreja Congregacional de Icaraf — Niterói/RJ); 20 tesoureiro — Robson Rodvalho (Comunidade Evangélica — Goiânia/GO). Seu mandato será de três anos.

A posse solene aconteceu no dia seguinte à assembléia, em culto realizado no templo sede da Igreja "O Brasil para Cristo". (CEDI, 20/04/91)

Presbiterianos nos EUA criam polêmica

Um relatório está causando estardalhaço entre as igrejas presbiterianas norte-americanas.

Trata-se do texto *Mantendo o Corpo e a Alma juntos: Sexualidade, Espiritualidade e Justiça Social*, a ser apresentado na próxima assembléia geral da Igreja Presbiteriana dos Estados

Unidos em junho.

O relatório é resultado de três anos de estudo e pesquisa por uma comissão de 17 pessoas da igreja e conclui que o sexo deve ser aceito fora do casamento e que homossexuais podem ser ordenados pastores.

O pastor da Igreja Presbiteriana

Independente do Brasil e pesquisador do Protestantismo, Antonio Gouvêa de Mendonça, aponta que, apesar deste relatório ser dificilmente aceito, "a igreja americana tomará conhecimento explícito de um fato da sociedade moderna". (Folha de S. Paulo, 15/05/91)

Grupo de evangélicos articula ECO-92

Celebrando Deus com o planeta Terra. Rio ECO-92: um desafio para o povo cristão. Este é o tema do evento paralelo à Conferência Mundial sobre Meio Ambiente (ECO-92) que está sendo preparado por um grupo de evangélicos do Rio de Janeiro. O grupo é integrado por representantes das igrejas Batista, Metodista, Presbi-

teriana, Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus.

O encontro será realizado no Maracanãzinho e deverá ter a participação de mais de cinco mil pessoas. Dezoito organizações estrangeiras estão sendo convidadas e sete nacionais, entre elas os Atletas de Cristo, a Sociedade Bíblica do Brasil, o Clu-

be 700, a Aliança Bíblica Universitária e a Visão Mundial.

"Discutir a questão ambiental é preocupação dos evangélicos. Para nós, a Eco-92 tem importância científica, política e histórica", explicou a professora de cartografia, Eliane Alves da Silva, uma das organizadoras do evento. (O Globo, 14/05/91)

Mais um suicídio Guarani-Kaiowá

A Funai confirmou, no dia 12 de maio, mais um suicídio na reserva indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul. O índio Kaiowá Adenir Arce de 30 anos, foi encontrado por sua mulher, Sarita de Souza, enforcado no quarto de sua casa.

Este é o 60º suicídio registrado pela Funai desde 87 e o oitavo do ano.

Adenir Arce vivia muito deprimido desde que sua filha, Cida Arce, com apenas 12 anos de idade se matara também por enforcamento, no

último dia 7 de abril. Desde então Avenir vivia constantemente embriagado e lamentava com outros índios a morte da menina.

O auto-extermínio na reserva vem sendo investigado pelas polícias Civil e Federal de Mato Grosso do Sul. Há acusações dos próprios índios da reserva de que alguns dos supostos suicidas teriam sido, na verdade, assassinados e seus corpos pendurados depois para simular suicídio.

A polícia interna da reserva forma-

da por índios Kaiowá-Guarani, é apontada como suspeita de envolvimento direto ou indireto em algumas das mortes, segundo informações da Funai e do Cimi.

Criada há 70 anos pelos índios para dar proteção às aldeias, nos últimos cinco anos a milícia vem sendo acusada, pela própria comunidade da reserva, de usar a violência para conquistar poder e liderança política interna. (*Folha de S.Paulo*, 12/05/91; *Diário do Nordeste*, CE, 12/05/91)

Seminário discute 'epidemia de suicídios' entre os Guarani

Reunidos em Assunção do Paraguai no mês passado, antropólogos, indigenistas e médicos do Brasil e do Paraguai discutiram os suicídios em cadeia que ocorrem entre os Guarani Kaiowá no Brasil, especialmente da Área Indígena de Dourados (MS). Foram feitas comparações com casos semelhantes de suicídios em cadeia ocorridos entre o mesmo grupo indígena no Paraguai. O seminário contou com a participação do antropólogo brasileiro Rubem Thomaz de Almeida, um dos responsáveis pelo Projeto Kaiowa Yandeva que atua entre grupos Guarani do Mato Grosso do Sul; do pesquisador jesuíta Bartolomeu Meliá e do antropólogo austríaco Georg Grumberg, todos falantes do Guarani e com experiência em projetos de apoio e de recuperação de áreas tradicionais.

As causas dos suicídios — Algumas conclusões preliminares indicam quatro causas para a ocorrência dos suicídios: (1) os Kaiowá necessitam de um espaço vital mínimo para realizarem cerimônias que proporcionam o reequilíbrio social e que atuam como uma "terapia contínua" do grupo local, favorecendo a busca de con-

senso interno. Em Dourados inexistem esses espaços destinados às cerimônias "terapêuticas"; (2) Os jovens dessa aldeia, justamente a faixa etária onde ocorrem mais suicídios, estão estressados pelo dilema de decidir entre ser Guarani, mas sem espaço para tanto, ou converter-se em brancos, mas sem aceitarem ou terem condições para isso. Já que não podem viver como Guarani preferem morrer como tais. É uma decisão lógica, racional, daí a certeza de que querem matar-se e o tipo de suicídio praticado: de joelho, em árvores de até um metro e meio, o que requer um esforço prolongado e que é muito diferente do suicídio entre os civilizados, onde tudo se decide num instante; (3) Os líderes Guarani, em épocas de conflito, como a que vivem atualmente, surgem e se consagram provando seu valor como heróis. Atualmente inexistem canais culturais abertos para os jovens se legitimarem como lideranças dentro de suas comunidades. Um passo à vida depois da morte, o suicídio, é considerado, entre os jovens, como uma atitude quase heróica. Os jovens admiram a coragem dos que se matam; (4) As missões protestantes que atuam entre os

Guarani partem da idéia de que as religiões xamânicas e seus rituais, inclusive os que tentam reequilibrar a sociedade, são "satânicos". O jeito de combater os que estão possuídos por Satanás é separar os "bons", os Guarani cristãos materialmente apoiados pela Missão, dos demais. Para uma sociedade que funciona na base do consenso, a não participação dessas famílias ditas "cristãs" é mais que um quisto: é como perder uma perna. O desequilíbrio criado pela divisão da comunidade, o aumento dos suicídios e o alcoolismo são vistos como o "preço da salvação" que tem que se pagar para formar a primeira comunidade cristã, "purificada" pelas mortes.

Missões e suicídios — Os participantes do seminário lembram ainda que no Paraguai ocorreram casos de suicídios em cadeia em apenas quatro das 38 aldeias dos Guarani Kaiowá nesse país. Nessas quatro existem missões evangélicas atuando em três delas. Ou seja, os suicídios praticamente só ocorrem em aldeias onde atuam missões e onde existe um mal estar social e religioso causados pela sua presença. (*CEDI*, 24/05/91)

Instalada CPI para apurar missões e aeroportos em RR

A Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI que investigará a "existência de aeroportos clandestinos e a atuação de missões religiosas estrangeiras na área de garimpagem de Roraima, provocando a internacionalização da

Amazônia", foi instalada no dia 22 de maio, no Congresso Nacional em Brasília, tendo como relator o deputado Avenir Rosa. Não foi definida a pauta das reuniões e nem os nomes para prestarem depoimentos. As áreas ci-

adas pelo deputado Avenir no requerimento da CPI são as seguintes: Missão Novas Tribos do Brasil, Missão Surucucu, Missão Indígena Aicás, que estão em terras Yanomami, e Tepequem. (*CE-DI*, 23/05/91)

Funai inicia grupo que vai rever a área Yanomami

A presidência da Funai convidou um conjunto de instituições para participar, através de um representante, do grupo que vai rever a área Yanomami. O grupo será coordenado pelo antropólogo Edson Diniz, assessor do presidente da Funai, Cantídio Guerreiro. Foram convidados: governo de Roraima, presidente do Incra — Instituto Nacional de Reforma Agrária, 5ª Superintendência Regional da

Funai em Manaus, Ministério da Aeronáutica, Ministério do Exército, comandante do 7º Comando Aéreo de Manaus, Comando Militar da Amazônia, Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretaria Nacional do Meio Ambiente, Diocese de Roraima, Associação Brasileira de Antropologia, Comissão Pela Criação do Parque Yanomami — CCPY e Coordenadoria das

Organizações Indígenas da Bacia Amazônica — Coiab.

A CCPY enviou uma carta ao presidente da Funai sugerindo a inclusão do nome de Davi Yanomami no grupo. A portaria que cria o grupo de trabalho ainda não foi assinada pelo presidente da Funai. Está à espera da confirmação da participação de representantes dos órgãos convidados. (CEDI, 23/05/91)

Funai divulga pacote de processos de áreas indígenas para revisão

Através da Portaria nº 398 de 26 de abril de 1991, a Funai instituiu uma Comissão Especial composta por dez funcionários, vinculada à Superintendência de Assuntos Fundiários em Brasília, com atribuição de analisar e se manifestar conclusivamente sobre os processos de demarcação dos territórios indígenas que se encontram paralizados dentro do órgão. A portaria vem normatizar o disposto no decreto nº 22 de 4/2/1991, que prevê o aproveitamento desses processos dentro da nova sistemáti-

ca, instituída por este mesmo decreto, e que inclui a possibilidade de revisão das terras indígenas consideradas insuficientes e daquelas que o órgão indigenista considerar conveniente.

Em anexo a portaria, são relacionadas 144 áreas que deverão ser apreciadas por esta comissão, totalizando cerca de 62% do total da extensão de terras indígenas no País, segundo avaliação estatística feita com base na *Listagem de Terras Indígenas no Brasil* (CEDI/Peti):

Segundo informações da própria Funai, trata-se de uma lista inicial que será complementada brevemente e os trabalhos da comissão serão iniciados tão logo seja finalizado e publicado seu regimento interno de funcionamento. (André Villas Boas, 27/05/91)

Quadro das terras indígenas em revisão pela Funai (Portaria 398 de 26/4/91)

Unidade da Federação	Terra	Extensão	População
Acre	12	989.394	2.417
Alagoas	2	2.449	1.271
Amapá	1	543.000	321
Amazonas	56	19.238.859	26.220
Bahia	5	3.727	677
Ceará	1	4.675	984
Goiás	1	38.000	22
Maranhão	2	151.200	501
Mato Grosso	10	1.380.936	576
Mato Grosso do Sul	11	32.754	2.381
Minas Gerais	1	2.413	330
Pará	15	15.987.907	4.932
Paraíba	1	4.500	192
Paraná	1	170	207
Pernambuco	4	56.166	8.290
Rio de Janeiro	1	60	4
Rio Grande do Sul	3	15.571	510
Rondônia	5	580.292	700
Roraima	12	10.062.712	21.323
Santa Catarina	1	868	55
Tocantins	1	145.080	60
TOTAL	144	49.240.732	71.973

Seminário avalia nova Portaria

O Projeto de Estudos de terras indígenas do Museu Nacional-RJ, coordenado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, realizou um seminário no dia 17 de maio, para avaliar a política de demarcação do governo Collor e o papel dos antropólogos. Na ocasião, estiveram reunidos antropólogos de várias regiões do país, incluindo o prof. Roque Laraia, presidente da ABA — Associação Brasileira de Antropologia e advogados.

Os participantes apontaram que o quadro legal da nova sistemática de demarcação de terras indígenas, criado recentemente pelo governo, é tecnicamente ambíguo e a decisão política está concentrada nas mãos de um alto escalão do poder executivo. Os resultados do seminário serão publicados proximamente no boletim *Resenha e Debate*, do Peti/MN. (CEDI, 25/05/91)

CUT diz que 19,5 milhões de trabalhadores aderiram à greve geral

A Central Única dos Trabalhadores estimou ontem em 19,5 milhões o número de pessoas que aderiram à greve geral. Jair Meneguelli, presidente da CUT, negou que esse resultado represente um enfraquecimento em relação aos 35 milhões que a própria CUT avaliou como o número de trabalhadores parados na greve geral de 1989.

“Era outra conjuntura e o sucesso dessa greve se mede pelo fato de ter havido paralisações em todo o país, não se mede pelos números”, disse.

Apesar de defender mais uma vez que a mobilização não fracassou, Meneguelli reconheceu algumas falhas na tentativa de fazer a greve. “Em São Paulo, podemos ter ido para as ruas antes. Faltou volume de campanha, panfletagem, mobilização”, afirmou.

As declarações de Meneguelli foram feitas durante entrevista coletiva conjunta da CUT e das duas CGTs (Central e Confederação Geral dos Trabalhadores).

Apesar de terem convocado a greve em conjunto, a CUT e a Central Geral dos Trabalhadores trabalharam em separado no levantamento dos números. A CGT chegou a uma cifra de 20 milhões de pessoas paradas, somente nas capitais.

Francisco Canindé Pegado, presi-

dente da Confederação Geral dos Trabalhadores, reiterou a hipótese de uma nova greve geral, levantada anteriormente pelo presidente da CUT. Tanto ele quanto Meneguelli não quiseram dar datas.

Os dados por região e categoria

— Segundo dados do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT Nacional (Desepe) a paralisação foi mais concentrada nas regiões metropolitanas do País.

Por regiões, os estados que registraram paralisações mais expressivas foram o Pará (Norte), Bahia, Paraíba e Sergipe (Nordeste), Goiás e Distrito Federal (Centro-Oeste), São Paulo e Rio de Janeiro (Sudeste), Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Sul).

Por categorias profissionais, as que mais aderiram foram os profissionais da área de educação, em 25 estados; da saúde, em 25; os servidores públicos, em 22; serviços públicos, em 16; transportes coletivos, em 17; urbanitários, em 22; vestuário, em 6; alimentação, em 9; bancários, em 12; comércio, em 11; comunicação, em 11; construção civil, em 13; metalúrgicos, em 10; petroleiros, em 3; químicos, em 9; e os trabalhadores rurais, em 5 estados. (*Folha de S. Paulo*, 25/05/91; *Gazeta Mercantil*, 27/05/91)

Relatório sobre a violência policial durante os dias de greve geral

A violência policial excedeu nesses dois dias de greve geral. Nunca se viu um aparato bélico tão ostensivo pelas ruas, portas de fábricas e órgãos públicos em todos os estados do País. As imagens da TV comprovam. Apesar da grande imprensa se ater às depredações em coletivos urbanos, até agora, nenhum comentário sobre a violência policial foi registrado.

Foram detidos 194 manifestantes, entre eles, dirigentes sindicais, estudantes, trabalhadores rurais e populares. Outras 115 pessoas entre jornalistas,

fotojornalistas e populares foram hospitalizados em função de ferimentos provocados por espancamentos, mordidas de cachorros-policiais, tiros de revólver, estilhaços de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Parlamentares do PT, PCdoB e PCB também foram agredidos e presos, durante os protestos populares. Dezenas de carros-de-som foram apreendidos, antes mesmo de saírem às ruas. Sindicatos ainda permanecem sob ameaça de serem invadidos. (*CUT Nacional*, 24/05/91)

Ministro faz acordo com Força Sindical

O bom relacionamento entre o governo Collor e a Força Sindical foi consolidado no dia 20 de maio (dois dias antes da greve geral convocada pela CUT e pelas CGTs), quando o presidente recebeu doze líderes da FS no planalto. Do encontro participaram os ministros do Trabalho Antonio Rogério Magri, da Justiça Jarbas Passarinho, da Economia Márcio Marques Moreira e o líder do PRN na Câmara, Arnaldo Faria de Sá. Eles foram ao Planalto para garantir ao presidente que a FS não iria colaborar com a greve geral.

A ressurreição política de Antonio Rogério Magri passa pela reaproximação do ministro com seu ex-rival no sindicalismo, Luís Antonio de Medeiros, líder da FS. O Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, do qual Magri foi presidente, está se desfiliando da CGT e vai engrossar com seus recursos a FS de Medeiros. “Sem o meu sindicato a CGT se acaba”.

Magri disse que pretende polarizar o movimento sindical com a CUT através da FS. “Nosso lado vai ficar unido como antes”. A estratégia inclui a criação de novos sindicatos, dividindo bases territoriais controladas pela CUT. (*O Estado de São Paulo*, 21/05/91)

Collor libera Cr\$ 504 milhões para Medeiros

Na véspera da greve geral o presidente Fernando Collor liberou um empréstimo, através da Caixa Econômica Federal (CEF), de Cr\$ 504 milhões para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, presidido por Medeiros. Com a verba Medeiros completará a construção da sede-escola do sindicato.

A liberação do empréstimo, atrasado pelas mudanças na equipe econômica, foi comemorada pelo secretário-geral do sindicato, Paulo Pereira da Silva. O projeto prevê a instalação de um heliporto e, segundo Pereira, quando estiver pronta dará inveja até na Fiesp. (*Jornal do Brasil*, 22/05/91)

Esquerda ainda é vigiada pelo Dops

Coube a ministro da Justiça, Jarbas Passarinho — e não ao seu colega do Trabalho, Antônio Rogério Magri — a tarefa de apresentar relatório ao presidente Fernando Collor sobre os dois dias de greve geral no País. As informações foram colhidas pela Divisão de Ordem Política e Social (Dops) da Polícia Federal, com identificação dos líderes e descrição das ocorrências, inclusive cerca de 100 prisões e detenções de sindicalistas.

Em formulário-padrão, o relatório de cada estado chegou aos detalhes: a Bahia, por exemplo, teve o maior número de tumultos, com 50 deten-

ções, e o presidente ficou sabendo até que um deputado estadual do PT (Nelson Pelgrino) foi mordido na mão por um cão da PM. "A PM/BA dispersou, no dia 23 de maio de 91, manifestação liderada por sindicalistas e políticos de esquerda", diz o relatório do Dops baiano.

Consta ainda do relatório que em São Paulo "advogados e a imprensa" compareceram a uma manifestação na USP "e ofereceram-se para ir contra a Polícia Militar". Em Assis, no interior do estado, em meio a uma manifestação que na quarta-feira reuniu trabalhadores de diferen-

tes categorias estavam "20 esposas de policiais militares que portavam faixas com os seguintes dizeres: *Fardamento insuficiente; Esposas dos PMs pela melhoria salarial; Esposas dos PMs pedem aumento salarial; Arrocho salarial sim, punição não; PMs dão segurança, mas não a têm*".

Embora as duas CGTs também tenham convocado a greve, não são mencionadas nos relatórios. O Dops só cita as siglas CUT, PT e PCdoB. Passarinho acompanhou os dois dias de greve pelo telefone e por relatórios parciais do delegado Romeu Tuma (*Jornal do Brasil*, 25/05/91)

Magri: um ministro contra o trabalho

Na medida em que a permanência do ex-sindicalista Antônio Rogério Magri se arrasta no Ministério do Trabalho e Previdência Social, vai ficando cada vez mais clara a intenção que tem o governo Collor para com os milhões de trabalhadores e aposentados deste País. Num governo composto por dezenas de empresários e tecnocratas, o papel reservado ao *trabalho* é o de submetê-lo ao ridículo e à mediocridade de um ministro que é motivo de piadas e escrachos em todos os escalões de seu próprio governo e em todos os espaços a ele reservado na mídia.

Depois de perder todas as funções importantes que já passaram por suas mãos, tais como, participar da articulação de um possível "entendimento nacional" entre capital, trabalho e governo; ter algum papel na condução da política salarial ou comandar a auditoria sobre as fraudes da Previdência, matérias próprias de seu ministério, Magri enredou-se nas armadilhas do único poder que realmente tem, ou seja, o poder formal de ain-

da ser ministro e desfrutar das regalias do cargo.

Primeiro descobriu-se que ele acumulava dois salários de aproximadamente Cr\$ 950 mil cada um (como ministro e como funcionário da Eletrobrás), ambos de origem pública, o que é proibido por lei. Depois, foi a utilização de um carro oficial para levar seus cachorros ao veterinário.

Durante a greve dos dias 22 e 23 de maio, convocada pela CUT e CGTs, Magri foi substituído por Jarbas Passarinho, ministro da Justiça, na tarefa de elaborar e apresentar os relatórios sobre o movimento ao presidente. Ao ministro do Trabalho coube o papel de atacar sistematicamente o movimento que, inclusive, já dura dois meses entre os funcionários de seu próprio ministério, insistindo em vociferar contra a CUT e o PT em todas as oportunidades que teve na mídia, querendo fazer acreditar que nada acontecia no País, que tudo estava normal.

O regime militar, em seus 21 anos de existência, controlou o Minis-

tério do Trabalho através de tecnocratas que sempre perseguiram e reprimiram o movimento sindical autêntico, sem nunca ter disposto de um ex-sindicalista para cumprir tão deprimente função.

Por outro lado, ninguém presenciou um único empenho deste ministro em propor uma alternativa ou, no mínimo, procurar minimizar os efeitos da atual política econômica sobre os trabalhadores que, seguramente, são os mais afetados pela recessão que já fez retroceder em 6,87% o Produto Interno Bruto do País, nos doze meses de seu governo, e já provocou o desemprego para cerca de 2 milhões de trabalhadores.

A continuidade de Magri frente ao Ministério do Trabalho e Previdência significa a continuidade da dupla humilhação simbólica e real — a que estão submetidos os trabalhadores, acentuando a irrelevância do papel do *trabalho* nos planos deste governo e a deprimente e injustificada função ministerial que se atribui ao Trabalho e Previdência. (*Maurício Broinizi Pereira/CEDI*, 27/05/91)

Leia e assine o Aconteceu

Collor reúne 25 governadores e distribui 5 mil Cieps

O presidente Fernando Collor reuniu em 21 de maio, em Brasília, 25 governadores. Foi a solenidade de lançamento do projeto Minha Gente, que prevê a construção de 5 mil Centros Integrados de Assistência à Criança (Ciacs), nova versão dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), escolas de tempo integral criadas por Leonel Brizola em seu primeiro governo no Rio de Janeiro (1983-1987).

Os 20 primeiros Ciacs deverão ser inaugurados em novembro e serão produzidos por igual número de fábricas de argamassa. Do total de 5 mil Ciacs, 700 deverão ser instalados em São Paulo e 400 no Rio de Janeiro. O custo global previsto é de US\$ 3,8 bilhões (cerca de Cr\$ 1 trilhão), dos quais apenas Cr\$ 62 bilhões foram assegurados junto aos ministérios da Saúde, Justiça, Economia e Ação Social. O ministro da Saúde, Alcení Guerra, ficou com a coordenação do projeto. (CEDI, 24/05/91)

Recursos dispersos e escolas sem mestres

O projeto Minha Gente foi criado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) para oferecer assistência materno-infantil e a idosos. Presidida pela primeira-dama Rosane Collor, a LBA conseguiu captar para o projeto, ao longo de 1990, recursos dos ministérios da Ação Social e da Educação.

No final de 1990, o presidente Collor criou informalmente o Ministério da Criança, cujo titular é o Ministro da Saúde Alcení Guerra, com a finalidade de integrar projetos de saúde, assistência e educação infantil.

No último 25 de maio, o presidente derramou lágrimas na cerimônia de lançamento do programa dos Centros Integrados de Assistência à Criança (Ciacs), vinculado ao projeto Minha Gente. Seguindo o modelo dos

Cieps, do governador Brizola, os Ciacs incluirão posto de saúde, creche, pré-escola, escola de 1º grau em período integral, alojamento para menores abandonados e cursos profissionalizantes.

Collor prometeu construir 5 mil Ciacs para atender a 6,5 milhões de crianças e jovens, a um custo estimado de US\$ 3,8 bilhões. O Ministério da Educação não participou da elaboração do projeto e só o conheceu depois de pronto. Embora não envolva, de início, recursos do MEC, deverá captar parte do orçamento educacional no futuro, pois estima-se que 80% do investimento será realizado em educação.

O ministro Alcení Guerra já deixou claro que a distribuição das unidades obedecerá critérios técnicos e políticos. Imediatamente após a cerimônia de lançamento do projeto, os 25 governadores e cem políticos presentes começaram a disputa pela instalação dos Ciacs em seus estados e municípios. Há também interesse das empreiteiras na participação em licitações para a construção das "fábricas de escolas", que podem envolver até US\$ 5 bilhões.

Ninguém há de opor-se à construção de escolas, mas é de se perguntar por que tal iniciativa surgiu marginalmente ao MEC e não vem integrada a providências para a educação básica, como a melhoria da formação e remuneração do professorado. (Maria Clara Di Pierro/CEDI, 24/05/91)



Lula Marquee/Ag. Folhas

Brizola cumprimenta a primeira-dama na cerimônia em que o modelo dos Cieps foi adotado por Collor

Indústria da construção recebe verbas para alfabetizar

Acompanhando o governador Leonel Brizola, o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, assinou em 23 de maio, no Rio de Janeiro, convênio que garante o repasse de Cr\$ 46 milhões para a expansão do programa Alfabetizar é Construir, destinada à erradicação do analfabetismo

dos trabalhadores da construção civil. Desenvolvido há quatro anos pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado, com participação da Fundação Roberto Marinho e do Sesi, o programa atende a 40 empresas do Rio, beneficiando 2,5 mil operários.

Dos 300 mil trabalhadores em canteiros de obras no Rio, 60% são analfabetos; no Brasil, são três milhões, sendo 60% sem alfabetização. Antes de obter recursos federais, as empresas do setor vinham arcando com todos os custos do projeto. (O Globo, 24/05/91)

Freire deixa Secretaria da Educação

O educador Paulo Freire, 69, deixou o cargo de secretário da Educação do município de São Paulo. Ele foi substituído em 27 de maio por Mário Sérgio Cortella, 37, seu chefe de gabinete e professor de filosofia da PUC-SP. Paulo Freire continuará como assessor da secretaria. Ele pediu para ser substituído a fim de retomar tarefas pedagógicas, como aulas, conferências no exterior e produção de textos. (*Folha de S.Paulo*, 15/05/91)

São Bernardo seleciona educadores

O Projeto Alfabetização-Cidadania, que visa à alfabetização de 80 mil jovens e adultos até 1998 em São Bernardo (SP), iniciou a seleção de professores e orientadores pedagógicos. Esses educadores, 220 no total — sendo 20 vagas para orientadores — vão atuar nas primeiras cem classes que serão formadas em agosto, alfabetizando cerca de 2 mil pessoas com mais de 14 anos. O projeto é desenvolvido via convênio entre a prefeitura, a Faculdade de Teologia e o Instituto Metodista de Ensino Superior.

“Estabelecemos a faixa acima de 14 anos porque a intenção não é tirar o estudante mais jovem do ensino regular” — explicou o assessor do projeto Adolfo Homma. Os educadores serão contratados em regime celetista, e vão receber salários de Cr\$ 58.669,00 (professores) e Cr\$ 117.339,60. (*Diário do Grande ABC/Santo André*, SP, 23/05/91)

Legislativo paulista discute ensino público

A Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de São Paulo encontrou-se, em 21 de maio, com os representantes do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep), que congrega 22 entidades representativas da sociedade civil. O Fedep apresentou diagnóstico e propostas que darão subsídios aos projetos de lei sobre educação a serem elaborados pelo poder legislativo.

A alfabetização e subescolarização, a universalização do ensino fundamental, a remuneração dos profissionais da educação foram alguns dos

sete aspectos considerados básicos, abordados no documento do Fedep “Subsídios para um programa de educação para o estado de São Paulo”, que foi debatido durante a reunião. Segundo o documento, o valor equivalente a apenas 2,5% da produção do estado é gasto atualmente com a instrução pública de São Paulo e o atendimento consistente dos aspectos básicos do ensino exige um gasto adicional de mais 2% da produção econômica do estado. (*Márcia B. De Chiara/Gazeta Mercantil/São Paulo*, 22/05/91)

Projeto de LDB muda destinação do salário-educação

O projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que está sendo apreciado pelo Congresso Nacional e deve ser votado na primeira quinzena de junho, altera o volume e a distribuição do salário-educação, uma das principais fontes de financiamento do ensino.

O salário-educação, destinado ao ensino de 1º grau, corresponde à arrecadação de 2,5% da contribuição social das empresas. Desse total, um terço fica com a União e os outros

dois terços são distribuídos pelo MEC aos estados e municípios. Conforme o projeto de LDB, o montante do salário-educação decorrerá do desconto de 3,5% da folha de salários e, no mínimo 90% da quota federal serão transferidos aos estados, em função dos respectivos déficits de escolarização obrigatória. Pelo menos 30% da quota estadual serão transferidos aos municípios, de acordo com seus respectivos déficits de escolarização. (*CEDI*, 27/05/91)

Greve definha no Piauí

A greve dos professores das escolas oficiais do Piauí começou a definhir em meados de maio. O governador Freitas Neto não entrou em negociações e pressionou para a volta às aulas, acenando com o pagamento dos salários de abril, ainda que com valores de setembro passado.

A Associação dos Professores não

conseguiu manter a categoria mobilizada, dado que o movimento já durava mais de oito meses e os salários de dezembro a março ainda não foram pagos. Mesmo com o retorno dos professores, boa parte das escolas não pode iniciar as aulas, devido à precariedade das instalações e à falta de carteiras. (*CEDI*, 27/05/91)

Professores encerram greve no Rio Grande do Sul

Após 73 dias de greve, os 93 mil professores da rede estadual gaúcha decidiram, em 20 de maio, voltar às salas de aula a partir do dia 24.

Os professores não discutiram na assembleia a recuperação dos dias de aula perdidos por cerca de 1 milhão de crianças. O assunto será ana-

lisado pelo conselho geral do Centro dos Professores do Estado (Cpers), que, após 30 dias de negociação, marcará a data de nova assembleia. “A assembleia aprovou a proposta do governador Alceu Collares, como parte emergencial do pagamento das perdas salariais e com a condição

de o governo não punir os grevistas”, disse a presidente do Cpers, Maria Augusta Feldman. A proposta de Collares inclui um reajuste de 110% retroativo a abril, 15% em junho, 15% em agosto e 5% em setembro, totalizando 191,61%. (*Lilian Ben David/Gazeta Mercantil/São Paulo*, 21/05/91)

Explosão de violência nas eleições na Índia

As eleições parlamentares na Índia se tornaram um banho de sangue. O maior país democrático do mundo — 845 milhões de habitantes e mais de 500 milhões de eleitores — é dividido em dezenas de castas sociais, etnias e religiões diferentes, muitas das quais há séculos em luta entre si. Os tamis, originários do Sul do país e transferidos forçadamente pelos ingleses para o Ceilão no século passado, são os principais suspeitos da autoria do atentado a bomba que, terça-feira 21 de maio, matou o ex-primeiro ministro Rajiv Gandhi e mais quatorze pessoas. A família Nehru-Gandhi governou a Índia por 38 dos 44 anos de independência pós-

colonial, mas apenas Jawarharlal Nehru — líder da luta contra os ingleses — salvou-se de um fim violento, e morreu de ataque cardíaco enquanto era primeiro ministro. Sua filha Indira — casada com o deputado Firoze Gandhi — sucedeu-lhe no cargo, que ocupou quase ininterruptamente até ser assassinada por um guarda-costas de etnia sihk, em 1984.

Rajiv Gandhi sucedeu à mãe poucos minutos depois do anúncio de sua morte, e comandou o governo até novembro de 1989, quando foi derrotado por Vishunath Pratap Singh, líder do partido Janata Dal. Depois de Singh, o socialista Chandra Shen-

kar assumiu o poder, em dezembro último, para depois renunciar e convocar eleições. Nas pesquisas de opinião, Rajiv Gandhi e seu Partido do Congresso eram tidos como favoritos. E talvez Gandhi fosse o único capaz de acalmar as disputas entre os grupos religiosos, que nestas eleições fizeram mais de 400 vítimas.

Agora, as perspectivas políticas da Índia são muito incertas. O partido que vem avançando mais nas urnas é o Bharatiya Janata, uma formação fundamentalista religiosa hindu de extrema direita. Caso vença poderia provocar mais uma explosão de violência no país. (Veja e Istoé/Senhor, 29/05/91)

Na Etiópia cai o ditador Mengistu

Depois de 14 anos de terror, o regime do ditador Mengistu Hailé Mariam chegou ao fim na Etiópia. Depois ter resistido a nove tentativas de golpe e a contínuos ataques dos três grupos guerrilheiros que atuam no país, terça-feira 21 de março, Mengistu fugiu a bordo do seu avião rumo ao

Zimbábue, onde pediu asilo político e se refugiou numa fazenda de sua propriedade. Nas ruas da capital Adis Abeba, que começou a ser ocupada pelos guerrilheiros dois dias depois, o povo em festa derrubou os retratos do ex-ditador e uma gigantesca estátua de Lênin, lembrança da antiga alian-

ça com a União Soviética, terminada com a chegada ao poder de Gorbachev. Mas para a Etiópia — que tem a segunda população mais pobre do mundo, dizimada pela fome (1.2 milhões de pessoas morreram disso só em 1984) — os problemas não terminaram. (Veja, 29/05/91)

Greve geral deixa Uruguai paralisado

Uma greve geral de 24 horas paralisou no 21 de maio praticamente todas as atividades produtivas e de serviço no Uruguai. A greve foi convocada pela central sindical única Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT-CNT) para pedir reajustes salariais que compensem as perdas

causadas pela inflação. “O governo não cumpriu o acordo de recuperar o poder de compra da classe trabalhadora. A paralisação foi um sucesso e demonstra que os trabalhadores estão unidos”, afirmou um dos líderes da PIT-CNT. Os motivos da greve foram classificados pelo gover-

no do presidente Luis A. Lacalle como muito mais políticos que econômicos.

Desde que assumiu a Presidência há 15 meses, esta é a terceira greve geral que Lacalle enfrenta. A inflação acumulada no período supera os 20%. (O Estado de S. Paulo, 22/05/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL